



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA

PORTARIA DIRINFRA Nº 180/DCI, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2025.

Protocolo COMAER nº 67120.000785/2025-91

Aprova a Instrução que dispõe sobre o Processo de Planejamento de Infraestrutura (PPI).

O **DIRETOR DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA**, no uso de suas atribuições lhe conferem o inciso II do Art. 9º, do Regulamento da Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica (ROCA 21-69), aprovado pela Portaria GABAER nº 572/GC3, de 19 de setembro de 2023, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução (ICA 86-2), na forma dos anexos I, II, III, IV e V, para o Processo de Planejamento de Infraestrutura (PPI), para aplicação no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

Art. 2º Revoga-se a Portaria DIRINFRA nº 75/SDE, de 14 de setembro de 2022, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 183, de 28 de setembro de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia útil da semana subsequente à sua publicação.

Maj Brig Ar MARCELO BATISTA  
Diretor de Infraestrutura da Aeronáutica

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA



**OBRAS**

**ICA 86-2**

**PROCESSO DE PLANEJAMENTO DE  
INFRAESTRUTURA**

**2025**

**ANEXO I**  
**PROCESSO DE PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURANO ÂMBITO DO COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**(ICA 86-2)**

**SUMÁRIO**

	Art.
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	1º
Seção I - Da finalidade e âmbito.....	1º
Seção II - Conceituação.....	2º
CAPÍTULO II – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4º
Seção I - Dos procedimentos e prazos.....	6º
Seção II - Das prioridades .....	9º
CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES FINAIS .....	23º

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Seção I**  
**Da finalidade e âmbito**

Art. 1º Esta Instrução estabelece a metodologia a ser utilizada no Processo de Planejamento de Infraestrutura (PPI), cuja finalidade é a seleção, priorização e ingresso de demandas de infraestrutura no Plano de Infraestrutura da Aeronáutica (PLANINFRA) para um horizonte de planejamento de 02 (dois) anos.

**Seção II**  
**Conceituação**

Art. 2º Para efeito desta Instrução, consideram-se os termos e expressões contidos no MD 33-M-02 “Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas”, no MCA 10-4/2001 “Glossário da Aeronáutica”, além dos especificados abaixo:

§ 1º Cadernode Necessidades (CN) – Documento elaborado pela OM solicitante do empreendimento, podendo contar com o assessoramento técnico de um elo subordinado da DIRINFRA. Deve conter os elementos e requisitos fundamentais para a elaboração do projeto e serve de subsídio para a elaboração das peças técnicas relacionadas (ETPE e ECP), conforme definições a seguir.

§ 2º CategoriasdeInfraestrutura – As demandas serão classificadas como uma das seguintes Categorias de Infraestrutura:

I - Categoria A – demandas que foram previamente identificadas pela DIRINFRA como do tipo:

- a) A1. Projetos Estratégicos: demandas de infraestrutura derivadas de Planos do Comando da Aeronáutica (PCA);
- b) A2. Termos de Execução Descentralizada (TED) e parcerias afins;
- c) A3. Demandas de infraestrutura que serão suportadas por ação orçamentária própria indicada pelo Órgão de Direção Setorial (ODS);
- d) A4. Obras executadas como contrapartida por cessão onerosa de áreas.

II - Categoria B – demandas de infraestrutura priorizadas pelo ODS que não se configuram como Categoria A, C ou D.

III - Categoria C – demandas de infraestrutura identificadas pela DIRINFRA e que poderão ser um dos tipos a seguir:

a) Recuperação de infraestrutura aeroportuária militar – são empreendimentos relacionados com a área operacional de aeródromos (pavimentos aeroportuários, sistemas de sinalização luminosa e horizontal de pistas de pouso, de táxi e pátios de estacionamento de aeronaves, sistemas de drenagem de aeroportos etc.). Tais demandas serão propostas pela DIRINFRA, em função dos estudos desenvolvidos no âmbito do Sistema de Gerenciamento de Infraestrutura de Aeródromo Militar (SIGAM);

b) Infraestrutura básica de uso comum – são empreendimentos relacionados às instalações e áreas compartilhadas (redes de energia elétrica, de telefonia e fibra ótica, redes de água, pluvial e esgoto, calçamento, recuperação de pavimentos de vias de tráfego internas etc.). Tais demandas serão propostas pela DIRINFRA conforme as condições registradas em inspeções realizadas pelos SERINFRA e o assessoramento proveniente de outros Órgãos centrais como DIRMAB, DIRSA, DTI etc.;

c) Operações de Engenharia de Campanha – são serviços de recuperação pontual de pavimentos aeroportuários ou melhorias em seus sistemas de sinalização horizontal e luminosa executados na forma de administração direta para manter a capacidade dessas infraestruturas. Tais operações específicas serão propostas pela DIRINFRA; e

d) Permutas por obras a construir – são empreendimentos resultantes de contratos de permuta, aprovados previamente pelo Estado Maior da Aeronáutica (EMAER). Serão propostos pela DIRINFRA, após análise de terrenos/tombos disponíveis e das necessidades de investimentos em obras.

IV - Categoria D – demandas previamente identificadas pela Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais do Comando da Aeronáutica (ASPAER) com possibilidade de serem suportadas com recursos oriundos de emendas parlamentares.

§ 3º Cessão Onerosa – É a transferência da posse de um bem público de uma entidade ou órgão, para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no termo respectivo, por tempo certo e determinado de caráter oneroso.

§ 4º Elos Subordinados – Para efeito desta Instrução, os Elos Subordinados são representados pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA), pelo Centro de Estudos e Projetos de Engenharia da Aeronáutica (CEPE), pelos Serviços Regionais de Infraestrutura da Aeronáutica (SERINFRA), Grupamento de Engenharia de Campanha da Aeronáutica (GECAMP) e pelas Comissões de Obras (CO), todos subordinados à DIRINFRA, cuja função é executar atividades técnicas de infraestrutura para o Comando da Aeronáutica (COMAER).

§ 5º Estimativa de Custo Preliminar (ECP) – É o valor inicial estimado de um determinado empreendimento, avaliado de forma expedita por um elo subordinado e que deve acompanhar o Estudo Técnico Preliminar de Engenharia.

§ 6º Estudo Técnico Preliminar de Engenharia (ETPE) – É o estudo desenvolvido por órgão técnico, tendo como responsável técnico engenheiro ou arquiteto, que apresenta possíveis alternativas para o desenvolvimento de uma demanda requisitada pela OM solicitante, com base no Caderno de Necessidades que foi apresentado, considerando aspectos técnico, ambiental, econômico e financeiro, contendo estimativas de custos preliminares, duração estimada da obra e tempo necessário para a elaboração do projeto de cada uma das alternativas propostas.

§ 7º Gerência de Pavimentos Aeroportuários – Atividade prevista na ICA 85-10 que envolve a avaliação periódica da infraestrutura aeroportuária do COMAER, o gerenciamento de modelos de previsão de deterioração de pavimentos, simulações de cenários operacionais e orçamentários,

planejamento e elaboração dos projetos necessários à construção, manutenção (conservação e restauração) e reconstrução de pavimentos.

§ 8º A DIRINFRA deve assessorar o EMAER, através da análise técnica das condições da infraestrutura aeroportuária existente, com o propósito de subsidiar decisões estratégicas de planejamento, priorização e alocação de recursos para manter a rede de pavimentos aeroportuários do COMAER em condições operacionais e níveis de segurança adequados às operações aéreas.

§ 9º Obra – De acordo com a Lei nº 14.133, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, obra é toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.

§ 10. Permutaspor Obrasa Construir – É o ato contratual, a título oneroso, pelo qual alguém transfere a outrem a propriedade de um bem ou um direito de que é titular, em contrapartida a imóveis edificados ou não, ou por edificações a construir.

§ 11. Planode Manutenção Predial (PMP) – Documento estabelecido pela ICA 85-18 que prevê as rotinas a serem implementadas e acompanhadas em relação a uma determinada benfeitoria, com o objetivo de detectar problemas de maneira precoce, sejam eles de ordem estrutural, hidráulica, elétrica e afins, ou atuar de modo preventivo, a fim de evitar a sua ocorrência.

§ 12. Plano Diretor (PDIR) – Definido pela ICA 85-1, é um documento de planejamento, aprovado pela DIRINFRA, que prevê o desenvolvimento ordenado de uma Organização Militar, considerando-se sua atividade operacional e a localização de suas facilidades, abrangendo um período de 10 (dez) anos.

I - demandas que preveem a demolição ou ampliação de instalações existentes, bem como a construção de novas instalações devem estar previstas no PDIR.

§ 13. Planode Infraestruturada Aeronáutica (PLANINFRA) – Ferramenta de controle e acompanhamento do desenvolvimento de projetos e supervisão de obras definidos para um horizonte de 02 (dois) anos. O PLANINFRA substituiu o antigo Plano Plurianual de Obras (PPO).

§ 14. Relatóriode Manutenção Predial – Documento estabelecido pela ICA 85-18 que prevê periodicidade anual para atestar as condições da benfeitoria, descrever reparos realizados durante a manutenção predial, enumerar, em ordem de prioridade, a necessidade de novas intervenções e, eventualmente, propor atualizações para o Plano de Manutenção Predial. A elaboração do Relatório é de responsabilidade do Síndico designado pelo Comandante da OM onde a benfeitoria se situa ou à qual é subordinada.

§ 15. Serviçode Engenharia – De acordo com a Lei nº 14.133, serviço de engenharia é toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere a definição anterior, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

I - serviço comum de engenharia – todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis, em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

II - serviço especial de engenharia – aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição acima.

§ 16. SIGAM – É o Sistema de Gerenciamento de Infraestrutura de Aeródromo Militar. Contém informações relativas à infraestrutura aeroportuária, incluindo sistemas de sinalização luminosa e sinalização horizontal. Utilizado para consulta, registro e acompanhamento de informações relativas a inspeções operacionais aeroportuárias e contém dados gerais dos aeródromos e pistas de pouso – localização, dimensões, facilidades, condições dos pavimentos, PCR (resistência do pavimento), bem como atualizações sobre o funcionamento dos auxílios à navegação aérea. Sua sistemática e padronização estão definidas na ICA 85-10.

§ 17. SISOP – É o Sistema de Obras e Patrimônio, utilizado pela DIRINFRA para controle de obras, tombos, benfeitorias e disponibilização de Planos Diretores e Planos de Manutenção Predial de Organizações do COMAER. Nesse sistema são registradas e controladas as obras em desenvolvimento, sendo possível obter informações detalhadas relativas ao contrato de uma obra (início e término da obra, valor, empresa contratada para execução, valores medidos, cronogramas, diário de obras etc.), status da obra, bem como seu registro fotográfico.

Art. 3º Esta Instrução se aplica a todas as Organizações do Comando da Aeronáutica que, em quaisquer níveis ou setores, necessitem do apoio e envolvimento da Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica e de seus elos subordinados para o desenvolvimento de atividades referentes ao planejamento e à execução de Obras e Serviços de Engenharia.

## CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS

### Seção I Dos procedimentos e prazos

Art. 4º O Processo de Planejamento de Infraestrutura, para ser bem-sucedido, precisa ocorrer com a devida antecipação, a fim de que cada etapa seja suficientemente amadurecida. Em linhas gerais, para que uma obra ou serviço de engenharia sejam iniciados no ano T, o projeto deve ser elaborado no ano T-1, e as demandas, devidamente priorizadas, devem ser apresentadas no ano T-2.

Art. 5º O Anexo II à presente Instrução contém um fluxograma deste processo, subdividido em 4 fases, explanadas de forma detalhada a seguir:

§ 1º Levantamentos e identificação de demandas para a Categoria A:

I - demandas oriundas de Projetos Estratégicos (A1), Termos de Execução Descentralizada e outras parcerias afins (A2) serão propostas pela DIRINFRA; e

II - demandas que poderão ser suportadas com ação orçamentária própria do ODS (A3) ou cessão onerosa de áreas (A4) poderão ser propostas pelas OM aos seus respectivos ODS.

§ 2º Levantamentos e identificação de demandas para a Categoria B:

I - demandas das OM, em termos de obras e serviços de engenharia serão classificadas como Categoria B e terão origem, preferencialmente, em empreendimentos previstos em Plano Diretor e necessidades registradas nos Relatórios de Manutenção Predial cujo nível de complexidade do problema demande um projeto de engenharia.

II - o levantamento das demandas poderá considerar ainda registros de laudos e pareceres emitidos, eventualmente, pelas equipes técnicas dos SERINFRA ou de Unidades Apoiadoras Locais.

III - as propostas de demolição ou ampliação de benfeitorias existentes ou a construção de novas benfeitorias deverão estar previstas no Plano Diretor da área perimetral onde a OM estiver inserida.

IV - a DIRINFRA disponibiliza em seu sítio Intraer um arquivo com a identificação da OM responsável pelo Plano Diretor de uma determinada área perimetral, bem como as OM contempladas (Anexo A da ICA 85-1).

V - caso a OM identifique uma demanda que será suportada por ação orçamentária própria do ODS, deverá obrigatoriamente identificar tal fonte creditícia na sua planilha de demandas.

VI - a realização de serviços de engenharia como contrapartida de cessão onerosa de área, que não necessitem de projeto de engenharia, deve ser tratada localmente e não deve fazer parte do Processo de Planejamento de Infraestrutura.

VII - por ocasião da formalização das demandas, o ODS também poderá solicitar a retificação, atualização ou mesmo a alteração de prioridades de projetos que já estejam em desenvolvimento, ou seja, no PLANINFRA em vigor.

#### § 3º Levantamentos e identificação de demandas para a Categoria C:

I - demandas provenientes da necessidade de conservação ou recuperação da infraestrutura aeroportuária militar, de infraestruturas de uso comum (redes de energia elétrica, de telefonia e fibra ótica, redes de água, pluvial e esgoto, calçamento, recuperação de pavimentos de vias de tráfego internas etc.), de operações da Engenharia de Campanha e novas edificações originadas de permutas por obras a construir serão propostas pela DIRINFRA e classificadas como Categoria C.

II - nada impede, no entanto, que a OM, ao identificar qualquer discrepância em sua infraestrutura aeroportuária ou em infraestruturas de uso comum, solicite a um SERINFRA uma avaliação, para que seja prestado um assessoramento sobre a criticidade do problema e, assim, a DIRINFRA possa propor a inclusão dessa demanda como Categoria C no PLANINFRA.

#### § 4º Levantamentos e identificação de demandas para a Categoria D:

I - as demandas do tipo Categoria D serão propostas pela ASPAER preferencialmente a partir da Cartilha de Emendas Parlamentares em vigor.

II - as demandas propostas pela ASPAER à DIRINFRA serão aquelas julgadas com maior possibilidade de serem atendidas com recursos oriundos de emendas parlamentares, deverão possuir CN e ETPE e não devem constar no PLANINFRA em vigor.

III - a ASPAER deverá encaminhar à DIRINFRA até 31 de julho do ano T-2 a sua relação de demandas, como objetivo de criar um banco de projetos destinado à captação de emendas parlamentares.

IV - não haverá necessidade de preenchimento de planilha, bastando informar à DIRINFRA as demandas, com os seus respectivos CN e ETPE que as caracterizaram e a ordem de prioridade de cada demanda.

#### § 5º Da elaboração e envio do Caderno de Necessidades:

I - as demandas da OM são aquelas que necessitam de algum apoio da DIRINFRA e Elos subordinados no que diz respeito à elaboração de projetos de engenharia.

II - a OM deve registrar no Caderno de Necessidades (CN) os requisitos funcionais exigidos, os elementos específicos que devam ser contemplados no projeto e informações gerais relativas à implantação do empreendimento, relevantes para a definição do escopo, custo e prazo.

III - a OM interessada deverá elaborar um CN para cada obra ou serviço de engenharia com início desejado para o ano T, e os enviará, impreterivelmente, até o dia 31 de março do ano T-2 diretamente ao SERINFRA da área.

IV - o CN não é um documento específico de engenharia, ele poderá ser desenvolvido por qualquer interessado na demanda, competindo à OM a sua elaboração, podendo, em casos excepcionais, o SERINFRA da área prestar alguma assessoria para a sua produção.

V - em caso de repetição de demandas de um ano para o outro, não será necessário produzir um novo CN, bastando que a OM informe ao SERINFRA que foram mantidas as características do CN enviado anteriormente, e que necessita apenas de um Estudo Técnico Preliminar de Engenharia (ETPE) atualizado.

VI - caso o modelo de CN tenha sido atualizado, é obrigatória a produção de um novo CN, a fim de incluir informações que porventura sejam necessárias à elaboração do ETPE.

VII - a rigor, não há necessidade de aguardar a data-limite de 31 de março do ano T-2 para enviar um CN diretamente ao SERINFRA, sendo recomendável antecipar o envio sempre que possível, a fim de que SERINFRA tenha tempo hábil para elaborar o ETPE e encaminhá-lo ao requerente.

VIII - contudo, se as demandas forem encaminhadas ao SERINFRA de uma única vez, a OM deve organizar os CN em uma sequência prioritária, permitindo que o SERINFRA intensifique esforços para a produção dos ETPE relativos às demandas mais críticas, quando não for possível elaborar todos os CN de uma única vez.

IX - um modelo atualizado de CN estará disponível no sítio Intraer do CEPE (<http://www.cepe.intraer>).

#### § 6º Compatibilidade com o Plano Diretor:

I - a OM requerente deverá verificar se a demanda corresponde a uma demolição, implantação ou ampliação de instalações não prevista em PDIR. Nesse caso, a OM requerente deverá realizar uma consulta à OM responsável pelo Plano Diretor da área perimetral até o dia 15 de março do ano T-2.

II - A OM responsável pelo Plano Diretor deverá examinar os impactos da proposta, como interferências no desenvolvimento das demais OM da área e emitir parecer à OM requerente até 31 de março do ano T-2.

III - em caso de parecer favorável a OM requerente deverá enviar essa informação ao SERINFRA com o objetivo de complementar o seu CN.

IV - em caso de parecer desfavorável, a OM requerente poderá manter o envio do CN ao SERINFRA da área para produção do ETPE, contudo, deverá comunicar de imediato ao seu ODS para que sejam realizadas tratativas no sentido de harmonizar os diversos interesses na área em questão e, se for o caso, atualizar o Plano Diretor.

#### § 7º Da elaboração do Estudo Técnico Preliminar de Engenharia:

I - o SERINFRA da área deverá examinar os CN enviados e, caso necessário, poderá solicitar informações complementares ao requerente até 15 de abril do ano T-2.

II - a partir dos requisitos constantes nos CN, o SERINFRA da área (ou Elo autorizado pelo SERINFRA) deverá elaborar um Estudo Técnico Preliminar de Engenharia (ETPE), contendo propostas de soluções técnicas para cada empreendimento proposto, acompanhadas de uma Estimativa de Custo Preliminar (ECP), tempo necessário para a elaboração do projeto e duração estimada da obra.

III - o ETPE não se trata de um Anteprojeto, mas somente de um assessoramento técnico para subsidiar a OM ou o ODS sobre a viabilidade da proposta.



IV - posteriormente, caso a demanda seja incluída no PLANINFRA, o ETPE e a respectiva ECP serão refinados durante o processo de elaboração do projeto de engenharia previsto na ICA 86-3.

V - o modelo de ETPE estará disponível no site Intraer do CEPE ([www.cepe.intraer](http://www.cepe.intraer)).

VI - o SERINFRA deverá encaminhar os ETPE às OM requerentes até o dia 31 de maio do ano T-2 .

§ 8º Da proposta de demandas da OM:

I - a OM deverá examinar criteriosamente as propostas de soluções técnicas constantes nos ETPE enviados pelos SERINFRA da área e selecionará apenas uma solução para cada empreendimento desejado.

II - a OM deverá distribuir as soluções escolhidas em uma planilha que sintetizará a sua proposta de demandas para inclusão no PLANINFRA, considerando o início das obras no ano T e deverá enviá-la ao ODS, via cadeia de comando, o que possibilitará aos órgãos intermediários a revisão e adequação das propostas e envio aos ODS até o dia 30 de junho do ano T-2. Por exemplo, uma Base Aérea deve submeter sua relação de demandas ao COMAR e este envia ao COMPREP; um Hospital de Aeronáutica submete sua relação de demandas à apreciação da DIRSA para posterior envio ao COMGEP e assim por diante.

III - a planilha contendo as demandas propostas deverá contemplar os critérios e pontuações atribuídas à demanda, conforme métricas previstas na Seção II deste capítulo.

IV - a OM não deverá preencher os campos relativos à pontuação do ODS.

V - um modelo da planilha de propostas da OM estará disponível no sítio Intraer da DIRINFRA, conforme Anexo III desta Instrução.

§ 9º Da consolidação das propostas pelo ODS:

I - os Órgãos de Direção Setorial (ODS) deverão verificar se as demandas de obras e serviços de engenharia das OM subordinadas estão de acordo com as orientações constantes na Diretriz de Planejamento (DIPLAN) do COMAER e no Plano Setorial (PLANSET) do ODS e, se houver incompatibilidades, deverão restituir aos requerentes para os devidos ajustes.

II - compete a cada ODS priorizar as demandas de suas organizações subordinadas, cujas obras serão iniciadas no ano T, e consolidá-las para envio à DIRINFRA até o dia 31 de julho do ano T-2.

III - o modelo da planilha de consolidação do ODS é o mesmo da OM, devendo o ODS preencher os campos sob sua responsabilidade e ordenar as demandas de acordo com a pontuação final, conforme Anexo IV desta instrução.

§ 10. Da elaboração do PLANINFRA para os anos T-1 e T:

I - a DIRINFRA consolidará as demandas de projetos enviadas pelos ODS para compor o Plano de Infraestrutura da Aeronáutica (PLANINFRA) para os anos T-1 e T, tomando como referência o ano T-1 para o início da elaboração dos projetos e o ano T para início das obras.

II - as demandas do PLANINFRA serão distribuídas nas quatro categorias mencionadas no Capítulo I da presente ICA.

III - com base nas prioridades indicadas pelos ODS, na capacidade executiva dos elos subordinados e na previsão de disponibilidade orçamentária, a DIRINFRA elaborará a proposta de PLANINFRA.

IV - a DIRINFRA encaminhará ao EMAER a proposta de PLANINFRA para os anos T-1 e T até o dia 31 agosto do ano T-2, conforme Anexo V desta Instrução.

V - a DIRINFRA poderá a qualquer momento atualizar o PLANINFRA em vigor, considerando a evolução dos projetos, ajustes de prazos e eventuais cancelamentos de demandas, de modo a ajustá-lo às capacidades de atendimento dos elos subordinados.

#### § 11. Da apreciação do Plano de Infraestrutura da Aeronáutica:

I - o EMAER avaliará a proposta do PLANINFRA quanto à sua conformidade com as diretrizes do Comando da Aeronáutica e, se necessário, comunicará à DIRINFRA a necessidade de eventuais ajustes até 30 de setembro do ano T-2.

#### Art. 6º Da distribuição dos Encargos:

I - após aprovar o PLANINFRA, a DIRINFRA distribuirá os encargos entre seus elos subordinados, considerando as competências dos recursos humanos disponíveis e as atividades em andamento.

II - a critério da DIRINFRA, poderão ser elaborados projetos de forma compartilhada entre diferentes elos subordinados, considerando o conhecimento técnico específico ou a maior disponibilidade de um determinado profissional, ainda que esteja alocado em local diferente do elo responsável pelo projeto ou da área de jurisdição onde o empreendimento será executado.

III - a DIRINFRA informará aos Elos subordinados a distribuição das demandas até o dia 15 de outubro do ano T-2, de modo que seja possível planejar as atividades previstas para o ano seguinte.

IV - na mesma data a DIRINFRA divulgará em seu portal que o PLANINFRA foi atualizado com os novos empreendimentos.

V - a partir de então, as Organizações cujas demandas foram contempladas no PLANINFRA devem acompanhar a elaboração dos projetos e iniciar o planejamento das etapas de contratação e de acompanhamento das obras, especialmente aquelas que possam oferecer algum impacto para setores específicos, tais como atividades aéreas, interferência nas rotinas de segurança ou de OM vizinhas etc.

VI - tal preparação envolve ainda atividades pós entrega da obra, com necessidade de previsão de contratações complementares, tais como aquisição de mobiliário, equipamentos de TI, atualização de processos organizacionais como os que envolvem segurança orgânica, manutenção predial, previsão de recursos para vida vegetativa etc.

#### Art. 7º Do Planejamento das Atividades:

I - a partir das demandas distribuídas e alocadas pela DIRINFRA, os elos subordinados deverão executar o detalhamento do planejamento para o ano T-1 a fim de atender cada demanda, dentro dos prazos estabelecidos.

II - os elos subordinados deverão encaminhar os Planos de Trabalho Anuais (PTA) contendo o planejamento para desenvolvimento dos projetos à DIRINFRA até o dia 15 de novembro do ano T-2.

#### Art. 8º Da consolidação do Plano de Trabalho Anual (PTA)

I - após o recebimento dos planejamentos, a DIRINFRA aprovará o PTA dos Elos do ano T-1 até o dia 15 de dezembro do ano T-2.

### **Seção II Das prioridades**

Art. 9º O processo de priorização das demandas ocorrerá em quatro Fases:

§ 1º Fase 1 - Demandas das OM:

I - a OM elabora e envia ao ODS a “Proposta de Demandas da OM”, conforme o Anexo III.

II - as orientações para elaboração da proposta e preenchimento do Anexo III encontram-se nos artigos 12 a 20 desta Instrução.

§ 2º Fase 2-Análise e envio das propostas à DIRINFRA:

I - os ODS deverão analisar as propostas das OM subordinadas no sentido de garantir o alinhamento das demandas com os Planos Setoriais e demais diretrizes de planejamento do COMAER e consolidarão todas as propostas em uma única relação priorizada e enviarão à DIRINFRA.

§ 3º Fase 3 - Priorização da DIRINFRA:

I - a partir da análise da disponibilidade de recursos financeiros, considerando inclusive empreendimentos que já estejam em desenvolvimento, a DIRINFRA verificará o limite da capacidade executiva dos elos subordinados e desenvolverá uma proposta de inclusão de projetos no PLANINFRA para os anos T-1 e T, conforme Anexo V.

§ 4º Fase 4-Apreciação do EMAER:

I - o EMAER analisará a relação de projetos propostos para elaboração nos anos T-1 e T, verificará o seu alinhamento com as Diretrizes do Comando da Aeronáutica e, se for o caso, determinará ajustes à DIRINFRA.

Art. 10. As demandas serão classificadas como uma das quatro Categorias de Infraestrutura definidas nos incisos abaixo:

I - a Categoria A corresponde às demandas previamente identificadas pela DIRINFRA como Projetos Estratégicos (A1), Termos de Execução Descentralizada e parcerias afins (A2), ou identificadas pelo próprio ODS como demandas que serão suportadas por ação orçamentária própria (A3) ou obras como contrapartida por cessão onerosa de áreas (A4).

II - a Categoria B corresponde a demandas identificadas e priorizadas pelo ODS que não sejam do tipo A, C ou D.

III - a Categoria C corresponde a demandas identificadas pela DIRINFRA (Recuperação de infraestrutura aeroportuária militar, Infraestrutura básica de uso comum, Operações de Engenharia de Campanha e Permutas por obras a construir).

IV - a DIRINFRA providenciará o desenvolvimento do CN e ETPE de demandas do tipo Categoria C.

V - a Categoria D corresponde a demandas previamente identificadas pela ASPAER que poderão ser suportadas por recursos oriundos de emendas parlamentares.

VI - a DIRINFRA, a princípio, não concederá autorização para licitar projetos de demandas que foram previamente identificadas pelo ODS como sendo sustentadas por recursos próprios e que, por ocasião da conclusão do projeto, por qualquer motivo, tenha ocorrido indisponibilidade creditícia.

Art. 11. Princípios utilizados na priorização:

I - a consolidação de uma proposta de PLANINFRA para elaboração de projetos entre os anos T-1 e T reveste-se de certa complexidade, pois deve considerar os recursos orçamentários comprometidos com os empreendimentos em desenvolvimento (projetos em desenvolvimento, obras em licitação, obras iniciadas, conforme registros do SISOP, reajustes anuais, aditivos, reequilíbrios econômicos etc.).

II - a DIRINFRA deverá considerar ainda os recursos humanos disponíveis para a elaboração de projetos e fiscalização das obras em cada região.

III - além dos princípios acima mencionados, a DIRINFRA utilizará como ferramenta auxiliar para compor a proposta de PLANINFRA os critérios selecionados pelas OM e ODS, conforme segue.

**Art. 12. Levantamentos das demandas das OM:**

I - as OM serão responsáveis pelo levantamento das necessidades de obras e serviços de engenharia em apoio às suas atividades, bem como pelos procedimentos previstos para a coleta de informações para elaboração dos Cadernos de Necessidades, gestões junto aos SERINFRA para obtenção dos Estudos Técnicos Preliminares de Engenharia, bem como a atribuição dos fatores que servirão de subcritérios para a priorização das demandas.

II - a pontuação principal para a OM estabelecer uma hierarquização de suas demandas será obtida através dos graus de uma Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência).

III - os demais fatores para compor a pontuação final serão baseados nos critérios constantes abaixo:

a) gravidade (G): consiste na intensidade dos danos que o problema ou deficiência pode causar. Representa o impacto do problema, caso ele venha a acontecer, analisando-se sempre os efeitos a médio e longo prazo, caso o problema não seja resolvido.

b) urgência (U): consiste no tempo estimado para a eclosão dos danos ou dos resultados indesejáveis. Representa o prazo, tempo disponível ou necessário para resolver um determinado problema analisado. Quanto maior a urgência, menor será o tempo disponível para resolver esse problema.

c) tendência (T): consiste na linha de evolução estimada do problema, caso nenhuma medida de controle seja implementada. Representa o potencial de crescimento do problema, a probabilidade de o problema se tornar maior com o passar do tempo. É a avaliação da tendência de crescimento, redução ou desaparecimento do problema.

d) as OM deverão indicar os fatores e Grau da Matriz GUT para cada uma de suas demandas.

e) cada uma dessas dimensões deverá ser ponderada com notas de 1 a 5, em ordem crescente de importância, determinando-se o grau resultante de sua combinação pelo produto das respectivas ponderações:

f)  $\text{Grau} = G \times U \times T$ .

g) o quadro abaixo contém algumas descrições úteis para auxiliar no entendimento desses critérios:

Nota	Gravidade	Urgência	Tendência
5	Extremamente grave	Precisa de ação imediata	Irá piorar rapidamente
4	Muito grave	Urgente	Irá piorar em pouco tempo
3	Grave	O mais rápido possível	Irá piorar
2	Pouco grave	Pouco urgente	Irá piorar a longo prazo
1	Sem gravidade	Pode esperar	Não irá mudar

Art. 13 Quanto à necessidade, as OM devem qualificar suas demandas de acordo com uma das cinco classes abaixo:

I. Classe 1. Melhorias

a) visam à promoção de melhorias em instalações existentes. Exemplos: Modernização de sistemas de sinalização, de iluminação, de telemática, de refrigeração, adaptação de sistemas hidrossanitários etc.

b) as melhorias devem ser sugeridas no sentido de trazer benefícios aos usuários, redução de custos ou da necessidade de manutenção, ou, ainda, substituição de sistemas obsoletos cuja reparação demonstre não ser mais possível ou economicamente viável.

c) deve haver coerência no quesito melhorias com os valores contidos na Matriz GUT, de modo a evitar notas elevadas.

II. Classe 2. Demolição, implantação ou ampliação de benfeitorias:

a) representam a implantação de instalações novas ou ampliação ou demolições de instalações existentes. Exemplos: construção de edificações, implantação de novas facilidades operacionais (hangares, paióis, área de lavagem de aeronaves etc.), ampliação de rede de abastecimento de água e de esgoto, implantação de subestação de energia, demolição de prédio, dentre outros.

b) essas obras normalmente resultam em valores elevados e, se não forem provenientes de determinação do CMTAER, EMAER ou constarem em PCA, deverão ser devidamente justificadas, com a apresentação das vantagens operacionais ou benefícios advindos e, ainda, preferencialmente, devem constar nos PDIR das OM solicitantes.

III. Classe 3. Recuperação de capacidade:

a) são necessárias para manter as atividades operacionais e administrativas em funcionamento. Exemplos: recuperação de rede de abastecimento de água, reforma de cobertura, reforma estrutural, reforma de sistemas elétricos, reformas de centros cirúrgicos, recuperação de hangares, reforma de rancho etc.

IV. Classe 4. Atendimento à legislação:

a) a demanda provém de determinação legal ou quando necessária ao atendimento das normas vigentes. Exemplos: Implantação de Sistemas de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA), de Proteção Contra Incêndio, de tratamento de efluentes ou adequações de Postos de Combustíveis e Lubrificantes (PCL), de acessibilidade, de instalações de subsistência, adequações hospitalares etc.

V. Classe 5. Atendimento à determinação de Órgão externo ao COMAER:

a) provém de determinação de órgão externo ao COMAER (Ex: Decisões judiciais, Ministério Público, IBAMA, CGU etc.). Nesse caso, a solicitação deverá ser justificada formalmente, mencionando o documento da autoridade ou órgão solicitante.

b) a partir da identificação de uma das cinco classes acima apresentadas, será acrescentado o valor  $f_{CLASSE}$  à Pontuação.

c) a OM solicitante deverá informar na planilha de “Proposta de Demandas da OM” (Anexo III), no campo correspondente ao parâmetro  $f_{CLASSE}$ , a Classe da Demanda (C1 a C5), conforme descrição anterior.

d) Os valores do parâmetro  $f_{CLASSE}$  são apresentados no Quadro 2.

Classe da demanda	$f_{\text{CLASSE}}$
C1	10
C2	20
C3	30
C4	40
C5	50

Art. 14. Atendimento à atividade-fim da organização (“Fator ATV”):

I - a demanda deverá ser classificada quanto ao relacionamento ou não à atividade-fim (ATV) da OM solicitante, isto é, se o atendimento da demanda apoiará diretamente a missão principal sob responsabilidade daquela Organização.

II - por exemplo, reformas de centros cirúrgicos em Unidades de Saúde, recuperação de hangares em Esquadrão de Voo, construção de auditórios ou reforma de vestiários em Escolas de Formação, recuperação de PNR em Vilas Militares a pedido de Prefeituras de Aeronáutica etc.

III - a OM solicitante deverá informar na planilha de “Proposta de Demandas da OM” (Anexo III), no campo correspondente ao parâmetro  $f_{\text{ATV}}$ , o atendimento à atividade-fim, conforme orientação, atribuindo valor “SIM” ou “NÃO” para cada demanda.

IV - Os valores do parâmetro  $f_{\text{ATV}}$  são apresentados no Quadro abaixo:

Atividade-fim	
Atende?	$f_{\text{ATV}}$
SIM	50
NÃO	0

Art. 15. Atendimento ao Plano Diretor (“Fator PDIR”):

I - caso o empreendimento proposto seja classe C2, deverá ser verificado se a demanda está contemplada no Plano Diretor (PDIR) ao qual a benfeitoria ou área está inserida, de modo a priorizar obras e serviços constantes em planejamentos prévios, de médio e longo prazo e, ainda, evitar possíveis interferências de novas demandas com expansões ou empreendimentos futuros previstos.

II - nesse quesito, deve ser verificado se a demanda já estava prevista em PDIR.

III - a OM solicitante deverá informar na Planilha de “Proposta de Demandas da OM” (Anexo III), no campo correspondente ao parâmetro  $f_{\text{PDIR}}$ , o atendimento ao PDIR.

IV - os valores do parâmetro  $f_{\text{PDIR}}$  são apresentados no Quadro a seguir:

Plano Diretor	
Demolição, implantação ou ampliação contemplada em Plano Diretor?	$f_{\text{PDIR}}$
Não contemplada	-10
Contemplada	20
Não se aplica (caso de reformas ou recuperações)	0

Art. 16. Atendimento ao Plano de Manutenção Predial (“Fator PMP”):

I - deverá ser avaliado se a demanda solicitada está contemplada no Relatório Anual de Manutenção Predial (PMP) da benfeitoria, isto é, se foram realizadas as atividades previstas de vistoria regular e manutenção corretiva e esgotadas as possibilidades de correção por meio de manutenção com equipe local, ou contratação de serviços comuns, conforme ICA 85-18.

II - caso uma demanda dessa natureza tenha sido identificada e registrada no Relatório Anual de Manutenção Predial e esgotadas as buscas de solução pela OM solicitante, ela poderá constar na relação de demandas da OM, recebendo uma pontuação adicional sobre as demais solicitações por meio do fator  $f_{\text{PMP}}$ .

III - nesse sentido, devem ser consideradas a existência e atualização de PMP e do Relatório Anual, bem como a identificação e descrição da demanda no referido Relatório.

IV - a OM solicitante deverá informar na Planilha de “Proposta de Demandas da OM” (Anexo III), no campo correspondente ao parâmetro  $f_{\text{PMP}}$ , o atendimento ao PMP.

V - os valores do parâmetro  $f_{\text{PMP}}$  são apresentados no Quadro abaixo:

Plano de Manutenção Predial	
Tipos de ocorrência	$f_{\text{PMP}}$
PMP inexistente ou desatualizado	-10
PMP em vigor, porém a demanda não consta no Relatório Anual	10
Demanda consta no Relatório Anual	20
Não se aplica, pois se trata de implantação ou ampliação de benfeitoria, ou proposta de obra para infraestrutura básica, que não possui PMP	0

Art. 17. Repetição de proposta de inclusão no PLANINFRA (“Fator REP”):

I - caso uma demanda já conste no PLANINFRA (projetos e obras previstos ou em desenvolvimento), não haverá necessidade de ratificação pela OM em nova proposta, sendo necessário enviar apenas propostas de solicitações que não foram contempladas.

II - deverá ser verificado se a demanda já havia constado em propostas da OM em anos anteriores, porém sua inclusão no PLANINFRA não foi possível.

III - caso a demanda continue sendo necessária, a OM solicitante deverá registrar na Planilha de “Proposta de Demandas da OM” (Anexo III), no campo correspondente ao parâmetro  $f_{\text{REP}}$ , a ocorrência de solicitações anteriores referentes a mesma demanda, a qual ainda não foi contemplada no PLANINFRA.

IV - não devem pontuar propostas que eventualmente tenham sido enviadas no ano anterior sem terem sido oriundas de CN e ETPE.

V - Os valores do parâmetro  $f_{REP}$  são apresentados no Quadro 6:

Repetições da Proposta	
Número de repetições da proposta	$f_{REP}$
Nenhuma vez	0
Uma vez	10
Duas vezes	20
Três vezes	30
Quatro ou mais vezes	40

Art. 18. Previsão de Recursos (“Fator Crédito”):

I - a priorização de demandas considerando a previsão de recursos para a sua execução tem grande importância no Processo de Planejamento de Infraestrutura, a fim de evitar o emprego de RH em projetos de infraestrutura sem garantia de recursos para a sua execução.

II - sempre que uma demanda for identificada com a Categoria A3, ou seja, sustentada com “recurso próprio”, é obrigatório o preenchimento da última coluna do Anexo III, indicando-se a “Ação Orçamentária” da OM ou do ODS que sustentará a demanda.

III - o parâmetro  $f_{CRED}$  relaciona-se com as Categorias de Infraestrutura através dos valores indicados no Quadro 7:

Disponibilidade de Crédito		
Categoria	Tipo	$f_{CRED}$
A1	Estratégico	7000
A2	TED e parcerias afins	6000
A3	Recurso próprio	5000
A4	Cessão onerosa	4000
B	Demanda comum do ODS	3000
C	Outras demandas identificadas pela DIRINFRA	2000
D	Emenda parlamentar	1000

Art. 19. Priorização do ODS (“Fator ODS”):

I - a OM não deve preencher o parâmetro  $f_{ODS}$ , pois este competirá ao ODS, por ocasião da consolidação de todas as propostas.

II - após análise das planilhas de “Proposta de Demandas da OM” de todas as Unidades subordinadas, os ODS deverão consolidar a lista de necessidades, determinando a ordem de prioridade a ser considerada, em uma relação numerada de 1 a  $N$  ( $N$  é o número total de demandas), em que “1” representa a demanda de maior prioridade e “ $N$ ” a demanda de menor prioridade.



III - as relações de demandas dos ODS deverão ser encaminhadas à DIRINFRA, conforme procedimentos descritos anteriormente e modelo constante no Anexo IV.

IV - na “Planilha de Consolidação das Propostas do ODS”, no campo correspondente ao parâmetro  $f_{ODS}$ , será atribuído o valor correspondente à prioridade informada pelo ODS.

V - Os valores do parâmetro  $f_{ODS}$  são apresentados no Quadro abaixo:

Órgão de Direção Setorial	
Prioridade	$f_{ODS}$
1	100
2	90
3	80
4	70
5	60
6	50
7	40
8	30
9	20
10 em diante	10

Art. 20. Pontuação Final:

I - A fórmula abaixo sintetiza o método de Pontuação que será utilizado pela DIRINFRA para hierarquizar as demandas provenientes dos ODS e auxiliar na elaboração de uma proposta de PLANINFRA para os projetos a serem desenvolvidos nos anos T-1 e T.

$$Pontuação = GUT + f_{CLASSE} + f_{ATV} + f_{PDIR} + f_{PMP} + f_{REP} + f_{CRED} + f_{ODS}$$

Art. 21. Equilíbrio de Solicitações:

I - para equilibrar o atendimento das solicitações do tipo Categoria B e buscando a obtenção de isonomia entre os ODS solicitantes, será considerada não apenas a Pontuação final de cada demanda, mas também o próprio atendimento a cada um dos ODS.

II - assim, para compor a proposta de PLANINFRA a DIRINFRA selecionará primeiramente a demanda com maior pontuação dentre todas as enviadas. Em seguida, será selecionada a demanda com a segunda maior pontuação, desde que não pertença ao ODS selecionado anteriormente, de modo que seja atendida uma demanda de cada ODS, seguindo a ordem decrescente de pontuação, salvo exceção que deverá ser objeto de análise pela DIRINFRA.

III - após todos os ODS terem sido contemplados com uma demanda do tipo Categoria B, parte-se para uma nova rodada, priorizando-se a demanda de maior pontuação, repetindo-se o processo até o limite que a DIRINFRA considerar viável para desenvolvimento dos projetos.

IV - um exemplo deste processo de hierarquização de demandas está no modelo de “Proposta de PLANINFRA” constante no Anexo V desta Instrução.

Art. 22. Consolidação das Demandas dos ODS:

I - a DIRINFRA consolidará as propostas apresentadas pelos ODS e pela ASPAER, conforme modelo constante no Anexo V, até a data de 31 de agosto do ano T-2, reunindo todas as demandas recebidas.

II - caso um projeto em desenvolvimento não tenha previsão de ser entregue até o dia 31 de dezembro do ano T-2, ele será mantido no PLANINFRA seguinte como projeto remanescente.

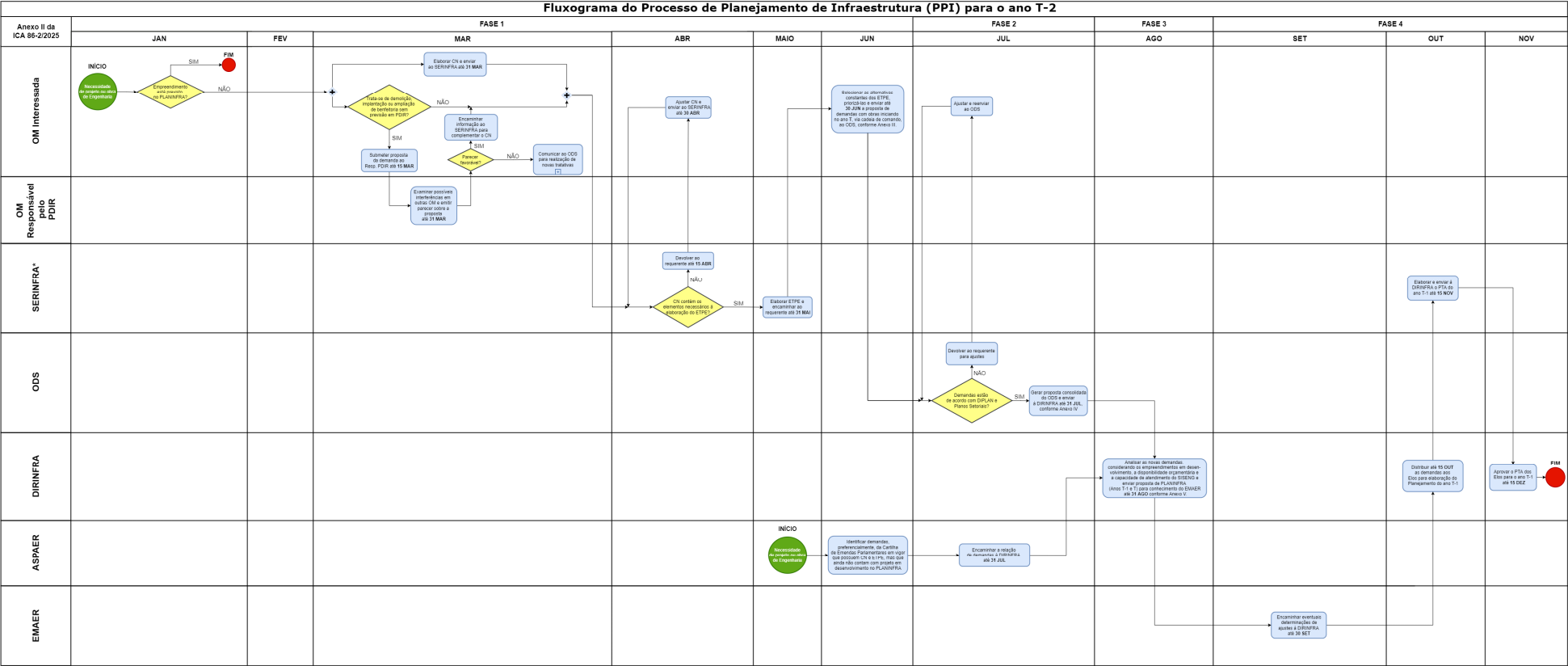
III - considerando as categorias de infraestrutura de cada demanda e a capacidade executiva para elaboração dos projetos de engenharia por meio dos elos subordinados, a DIRINFRA elaborará uma proposta de PLANINFRA para elaboração de projetos no ano T-1, buscando a isonomia entre os ODS, conforme exemplo constante no Anexo V desta ICA.

IV - Na consolidação não serão consideradas demandas encaminhadas à DIRINFRA sem identificação do CN e do ETPE.

### CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Os casos não previstos nesta Instrução deverão ser submetidos à apreciação do Diretor de Infraestrutura da Aeronáutica.

ANEXO II



PPI: Processo de Planejamento de Infraestrutura  
T: Ano de licitação do empreendimento e início da obra  
T - 1: Ano de início da elaboração dos projetos  
T - 2: Ano de proposição das demandas  
★ Ações realizadas simultaneamente e paralelamente

CN: Caderno de Necessidades  
ECP: Estimativa de Custo Preliminar  
ETPE: Estudo Técnico Preliminar de Engenharia  
Responsável PDIR: Responsável pelo Plano Diretor onde a OM está inserida  
SERINFRA\*: SERINFRA da área ou Elo Subordinado designado pela DIRINFRA  
DIPLAN: Diretriz de Planejamento Institucional

### ANEXO III

Num	Cat.	Tipo	Pontuação	ODS	OM	Nome da demanda	ID da beneficiária	Nº do CN	Nº do ETPE	ECP (R\$)	Elaboração de Projeto (dias)	Duração da obra (dias)	Critérios de Pontuação																
													G	U	T	GxUxT	Classe	f <sub>CLASSE</sub>	Atividade-fim	f <sub>ATV</sub>	PDIR	f <sub>PDIR</sub>	PMP	f <sub>PMP</sub>	Repet. da proposta	f <sub>REP</sub>	f <sub>CRED</sub>	f <sub>ODS</sub>	Ação Orçamentária
1	A3	Recurso Próprio	5106	COMPREP	BAAN	Reforma estrutural e adequação do Hangar 001	N/A	1/BAAN/2025	34/SERINFRA-BR/2025	3.078.169,43	180	450	3	4	3	36	C3	30	SIM	50	Não se aplica	0	PMP inexistente ou desatualizado	-10	0	0	5000	0	20XV
2	A3	Recurso Próprio	5137	COMPREP	BAAN	Substituição de grupos geradores	H-013	55/BAAN/2025	64/SERINFRA-BR/2025	759.898,39	150	580	3	3	3	27	C3	30	SIM	50	Não se aplica	0	Demanda não consta no Rel. Anual	10	2	20	5000	0	2004
3	A4	Cessão onerosa	4077	COMPREP	BAAN	Reforma e adequação do Hangar 005 para utilização como armazém de suprimento	N/A	34/BAAN/2025	33/SERINFRA-BR/2025	3.078.523,81	210	700	3	3	3	27	C1	10	NÃO	0	Não se aplica	0	Demanda consta no Rel. Anual	20	2	20	4000	0	
4	B	Demanda comum do ODS	3064	COMPREP	BAAN	Reforma do Depósito Central (Almoxarifado) da BAAN	E-013	21/BAAN/2023	59/SERINFRA-BR/2025	560.000,00	50	75	4	3	2	24	C1	10	NÃO	0	Não se aplica	0	Demanda consta no Rel. Anual	20	1	10	3000	0	
5	B	Demanda comum do ODS	3068	COMPREP	BAAN	Adequação da acessibilidade (Rampas de Acesso) ao Prédio do Comando da BAAN	E-001	12/BAAN/2025	63/SERINFRA-BR/2025	120.000,00	30	45	4	2	1	8	C5	50	NÃO	0	Não se aplica	0	Demanda não consta no Rel. Anual	10	0	0	3000	0	
6	B	Demanda comum do ODS	3067	COMPREP	BAAN	Ampliação do Rancho de Graduados da BAAN	H-013	11/BAAN/2024	64/SERINFRA-BR/2025	2.700.000,00	150	580	3	3	3	27	C2	20	NÃO	0	Contemplada	20	Não se aplica	0	0	0	3000	0	
7	B	Demanda comum do ODS	3012	COMPREP	BAAN	Construção de cobertura de quadra poliesportiva	H-005	1/BAAN/2024	15/SERINFRA-BR/2025	450.000,00	90	180	2	3	2	12	C1	10	NÃO	0	Não contemplada	-10	Não se aplica	0	0	0	3000	0	

### ANEXO IV

Num	Cat.	Tipo	Pontuação	ODS	OM	Nome da demanda	ID da beneficiária	Nº do CN	Nº do ETPE	ECP (R\$)	Elaboração de Projeto (dias)	Duração da obra (dias)	Critérios de Pontuação																
													G	U	T	GxUxT	Classe	f <sub>CLASSE</sub>	Atividade-fim	f <sub>ATV</sub>	PDIR	f <sub>PDIR</sub>	PMP	f <sub>PMP</sub>	Repet. da proposta	f <sub>REP</sub>	f <sub>CRED</sub>	f <sub>ODS</sub>	Ação Orçamentária
1	A3	Recurso Próprio	5196	COMPREP	BAAN	Reforma estrutural e adequação do Hangar 001	N/A	1/BAAN/2025	34/SERINFRA-BR/2025	3.078.169,43	180	450	3	4	3	36	C3	30	SIM	50	Não se aplica	0	PMP inexistente ou desatualizado	-10	Nenhuma vez	0	5000	90	20XV
2	A3	Recurso Próprio	5187	COMPREP	BAAN	Substituição de grupos geradores	H-013	55/BAAN/2025	64/SERINFRA-BR/2025	759.898,39	150	580	3	3	3	27	C3	30	SIM	50	Não se aplica	0	Demanda não consta no Rel. Anual	10	2	20	5000	50	2004
3	A4	Cessão onerosa	4117	COMPREP	BAAN	Reforma e adequação do Hangar 005 para utilização como armazém de suprimento	N/A	34/BAAN/2024	33/SERINFRA-BR/2025	3.078.523,81	210	700	3	3	3	27	C1	10	NÃO	0	Não se aplica	0	Demanda consta no Rel. Anual	20	2	20	4000	40	
4	B	Demanda comum do ODS	3290	COMPREP	CPBV	Recuperação estrutural da ponte principal do CPBV	N/A	11/CPBV/2024	51/SERINFRA-BE/2025	9.889.810,48	120	720	4	5	4	80	C3	30	SIM	50	Não se aplica	0	Demanda consta no Rel. Anual	20	1	10	3000	100	
5	B	Demanda comum do ODS	3184	COMPREP	BAMN	Reforma e adequação das instalações do simulador de voo da BAMN	N/A	15/BAMN/2023	32/SERINFRA-MN/2024	5.600.000,00	210	700	3	4	2	24	C2	20	SIM	50	Não se aplica	0	PMP inexistente ou desatualizado	-10	2	20	3000	80	
6	B	Demanda comum do ODS	3140	COMPREP	BASP	Adequação do Sistema de Proteção de Descargas Atmosféricas (SPDA) do HTO da BASP	H-003	19/BASP/2023	98/SERINFRA-SJ/2024	511.174,64	60	110	3	5	2	30	C4	40	NÃO	0	Não se aplica	0	PMP inexistente ou desatualizado	-10	3	30	3000	50	
7	B	Demanda comum do ODS	3134	COMPREP	BAAN	Reforma do Depósito Central (Almoxarifado) da BAAN	E-013	21/BAAN/2023	59/SERINFRA-BR/2025	560.000,00	50	75	4	3	2	24	C1	10	NÃO	0	Não se aplica	0	Demanda consta no Rel. Anual	20	1	10	3000	70	
8	B	Demanda comum do ODS	3128	COMPREP	BAAN	Adequação da acessibilidade (Rampas de Acesso) ao Prédio do Comando da BAAN	E-001	12/BAAN/2025	63/SERINFRA-BR/2025	120.000,00	30	45	4	2	1	8	C5	50	NÃO	0	Não se aplica	0	Demanda não consta no Rel. Anual	10	Nenhuma vez	0	3000	60	
9	B	Demanda comum do ODS	3097	COMPREP	BAAN	Ampliação do Rancho de Graduados da BAAN	H-013	11/BAAN/2024	64/SERINFRA-BR/2025	2.700.000,00	150	580	3	3	3	27	C2	20	NÃO	0	Contemplada	20	Não se aplica	0	Nenhuma vez	0	3000	30	
10	B	Demanda comum do ODS	3032	COMPREP	BAAN	Construção de cobertura de quadra poliesportiva	H-005	1/BAAN/2024	15/SERINFRA-BR/2024	450.000,00	90	180	2	3	2	12	C1	10	NÃO	0	Não contemplada	-10	Não se aplica	0	Nenhuma vez	0	3000	20	

# ANEXOV

ANEXO V DA ICA 86-2/2025- PROPOSTA DE PLANINFRA 2026-2027 (ELABORAÇÃO DE PROJETOS EM 2026 E EXECUÇÃO DE OBRAS EM 2027)								
CATEGORIA DE INFRAESTRUTURA	TIPO/ RODADA	ITEM	ODS	OM	PROJETOS	PONTUAÇÃO	ESTIMATIVA DE CUSTO PRELIMINAR (ECP)	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CATEGORIA A	ESTRATÉGICOS	1	COMPREP	BAAN	Revitalização do Banco de Provas	7370		
		2	COMPREP	BAAN	Revitalização do Suprimento	7286		
		3	COMPREP	BAAN	Atualização do projeto e ações necessárias para continuidade da construção do Hangar do KC-390 incluindo estrutura para Combate à Incêndio (MAFFS)	7265		
		4	COMPREP	BAGL	Adaptação de sala para abrigar equipamentos de NVG	7218		
		5	COMPREP	BAGL	Reforma e adequação do Hangar 005 para utilização como armazém de suprimento	7188	3.078.523,81	219D
		6	COMPREP	BAGL	Reforma estrutural e adequação do Hangar 001	7174	3.078.169,43	219D
		7	COMPREP	BAAN	Adequação da sala para instalação do EW-RIG	7170	6.772.239,49	219D
		8	COMPREP	BAAN	Construção de 14 Hangaretes para o F-39	7166	11.503.754,75	219D
	TED/CONVÊNIOS	9	DCTA	CLA	Fase 2: Execução de pavimentação de 250 m da pista de pouso e acostamentos, RESA, conformação de faixa de pista, drenagem e aterro.	6285	52.000.000,00	
		10	COMPREP	SURUCUCU	Projeto de recuperação dos pavimentos do aeródromo de Surucucu-RR com correção da declividade	6285	13.000.000,00	
		11	COMPREP	AUARIS	Projeto de recuperação dos pavimentos do aeródromo de Auais-RR	6265	-	
	RECURSO PRÓPRIO	12	COMPREP	QUERARI	Recuperação dos pavimentos do aeródromo de Querari - AM	6265	37.043.065,85	
		13	DCTA	CLBI	Restauração e Reforma instalações elétricas do Abrigo de Disjuntor Geral de Média Tensão do CLBI	5265	393.412,40	AEB/Fundações
		14	DCTA	IEAV	Construção do Prédio 02 da Divisão de Aerotermodinâmica do IEAV – Laboratório De Testes De Motores Scramjet	5218	4.370.001,17	AEB/Fundações
	CESSÃO ONEROSA	15	COMGEP	HABE	Substituir os Grupos Geradores – HABE	5188	759.898,39	2004
		16	DCTA	ITA	Construção de uma sala de estudo tipo A para o novo alojamento dos alunos do ITA	4285		
		17	DCTA	ITA	Construção de duas salas de estudo tipo B para o novo alojamento dos alunos do ITA	4185	360.000,00	
CATEGORIA B	RODADA 1	18	DCTA	PASJ	Modernização dos 2 elevadores dos blocos H09A, H09B e H09C	3370	864.000,00	219D
		19	COMPREP	CPBV	Recuperação Estrutural da ponte principal do CPBV	3286	9.889.810,48	219D
		20	SEFA	PAMN	Manutenção estrutural no prédio residencial da vila Militar de flores	3265	3.470.551,38	219D
		21	COMGAP	PAMA-SP	Substituição de telhas e luminárias no Armazém de Reparáveis	3218	939.002,49	219D
		22	COMGEP	CIAAR	Adequar o Estande de Tiro do CIAAR	3188	2.115.970,00	219D
		23	COMAE	COPE	Ampliação da área de vestiários do centro de convivência do COPE	3174	495.065,00	219D
	RODADA 2	24	DCTA	DCTA	Reforma do Sistema de Abastecimento de Água do Comando do DCTA	3285	460.006,12	219D
		25	COMPREP	BAMN	Reforma e Adequação das Instalações do Simulador de Voo da BAMN	3285	1.511.174,64	20X6
		26	SEFA	GAP-SP	Readequação do SPDA do IV COMAR, do GAP-SP e da SASDAB	3265	1.116.873,51	219D
		27	COMGAP	PAMA-SP	Substituição de telhas, luminárias e instalação do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA) na Seção de Motores	3218	3.165.059,22	219D
		28	COMGEP	AFA	Adequar o Estande de Tiro da AFA	3154	1.367.728,00	219D
	RODADA 3	29	COMAE	COMAE	Reforma do estacionamento do COPE	3148	305.178,54	219D
		30	DCTA	IEAV	Construção do Prédio 02 da Divisão de Aerotermodinâmica do IEAV – Laboratório De Testes De Motores Scramjet	3355	300.000,00	
		31	SEFA	GAP-SP	Readequação do SPDA do IV COMAR, do GAP-SP e da SASDAB	3265	1.600.000,00	
		32	COMGEP	HABE	Substituir os Grupos Geradores – HABE	3187	28.000.000,00	
		33	COMPREP	BAMN	Reforma e Adequação das Instalações do Simulador de Voo da BAMN	3285	2.828.997,99	
CATEGORIA C	RODADA 4	34	COMAE	COMAE	Redundância das casas de Força e UPs do CCOA e DIVOC do COMAE	3188	500.000,00	
		35	DCTA	PASJ	Modernização dos 2 elevadores dos blocos H08B	3315	300.000,00	
		36	SEFA	GAP-SP	Readequação do Sistema de Rede de Esgoto e do Sistema de Rede Pluvial do GAP-SP e OM sediadas	3250	1.000.000,00	
		37	COMGEP	AFA	Adequar o Estande de Tiro da AFA	3154	1.300.000,00	
		38	COMPREP	BABV	Reforma do Rancho da BABV	3228	4.100.000,00	
		39	COMAE	COMAE	Reforma do Estacionamento do COPE	3148	300.000,00	
	RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	40	COMPREP	DESTAE-UA	Recuperação dos pavimentos do Aeroporto de São Gabriel da Cachoeira - AM	2045	24.201.006,71	219D
	OPERAÇÕES DE ENGENHARIA DE CAMPANHA	41	COMGAP	PAMA-LS	Operação Camaleão SBLS (Pista e Pátio)	2041	300.785,28	219D
		42	COMPREP	BAAF	Operação Camaleão SBAF (Pista e Pátio)	2039	283.984,25	219D
		43	COMPREP	BAAN	Operação Camaleão SBAN (Pátios)	2038	459.417,88	219D
		44	COMPREP	BAAF	Operação Coruja SBAF	2037	1.520.134,40	219D
	INFRAESTRUTURA DE USO COMUM	45	SEFA	PASJ	Implantação de medidores individualizados de energia elétrica para os PNRs da GUARNAE-SJ	2031	22.523.847,18	219D
		46	COMPREP	CPBV	Instalação de estação hidrológica na central geradora hidrelétrica no CPBV	2025	136.784,96	20X6
		47	COMPREP	BAPV	Implantação de medidores na rede de abastecimento de água	2023	115.696,99	20X6
		48	COMPREP	BASP	Reparo na rede hidrológica da BASP (Etapa 2) - Campanha de detecção e correção de vazamentos e parque de medidores	2018	454.832,38	219D
	PERMUTA	49	COMPREP	BASV	Projeto de recuperação do pátio militar da BASV	2015	19.735.067,31	
		50	COMGEP	AFA	Construção de Usina Fotovoltaica (4.000 módulos fotovoltaicos 2,2 MWp)	2013	15.500.000,00	
		51	COMGEP	EEAR	Construção de Usina Fotovoltaica (2,2 MWp)	2009	14.500.000,00	
		52	SEFA	PABQ	Construção de 12 casas geminadas para graduados em Barbacena-MG (EPCAR).	2005	7.080.478,48	
CATEGORIA D	EMENDAS PARLAMENTARES	53	COMPREP	BASV	Construção de cobertura de quadra poliesportiva	1265	450.000,00	
		54	COMGEP	EPCAR	Reforma das instalações do ginásio de esportes da EPCAR	1250	5.000.000,00	
		55	COMPREP	BAFL	Adequação das instalações do Rancho para 200 alunos do PROFESP	1154	500.000,00	
		56	DCTA	DCTA	Adequação da infraestrutura da sala e dos vestiários para o PROFESP	1148	150.000,00	
		57	COMPREP	BAPV	Reforma de três quadras poliesportivas da Base Aérea de Porto Velho	1035	230.000,00	
		58	DCTA	CLA	Construção de um teatro aberto na casa de cultura aeroespacial do CLA	1034	500.000,00	

RESUMOS DAS FONTES ORÇAMENTÁRIAS (R\$)		
TED/Convênios e outras parcerias	102.043.065,85	
AEB/Fundações	4.763.413,57	
Cessões Onerosas	1.110.000,00	
Ação 219D	98.365.940,30	
Ação 20X6	1.763.656,59	
Ação 20XV	2.828.997,99	
Ação 2004	759.898,39	
Permutas	56.815.545,79	
Emendas Parlamentares	6.830.000,00	
Outras	37.400.000,00	
<b>TOTAL</b>	<b>312.680.518,48</b>	